

CABO VERDE

Cabo Verde, com uma população de aproximadamente 500.000 habitantes, é uma democracia parlamentar multipartidária na qual os poderes constitucionais são partilhados entre o chefe de estado eleito, Presidente Pedro Verona Rodrigues Pires, e o Primeiro Ministro José Maria Neves. Pires foi reeleito para um segundo mandato de cinco anos em 2006, em eleições livres e justas em geral. As eleições legislativas realizadas em todo o país, em Janeiro de 2006, e as eleições municipais em Maio de 2008, também foram declaradas livres e justas, em geral, pelo Supremo Tribunal de Justiça e pela Comissão Nacional de Eleições. Embora as autoridades civis tenham mantido, dum modo geral, o controlo efectivo das forças de segurança, houve alguns casos em que elementos das forças policiais empregaram força excessiva e roubaram provas dos cofres da polícia.

O governo respeitou os direitos humanos dos seus cidadãos em geral. Contudo, houve denúncias de problemas em algumas áreas: abuso dos detidos pela polícia, más condições nas prisões e menores juntamente com adultos, longo período de prisão preventiva, violência e discriminação contra mulheres, maus-tratos infantis, denúncias de tráfico de pessoas e algumas formas de trabalho infantil.

RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS

Secção 1 Respeito pela Integridade da Pessoa, Incluindo a Inexistência de:

- a. Perda de Vida Arbitrária ou Ilegal

Não houve denúncias de que o governo ou os seus agentes tenham cometido assassinatos arbitrários ou ilegais.

- b. Desaparecimento

Não houve relatos de desaparecimentos por motivos políticos.

- c. Tortura e Outro Tratamento ou Castigo Cruel, Desumano ou Degradante

A constituição e a lei proíbem tais práticas. Contudo, houve relatos credíveis de que em alguns casos a polícia bateu nas pessoas em prisão preventiva. Em geral, as autoridades tomaram medidas contra os transgressores. Contudo, há informações credíveis de que alguns dos abusos, que ocorreram dentro das esquadras da polícia, não foram comunicados pelos responsáveis da polícia.

Condições nas Prisões e nos Centros de Detenção

As condições nas prisões foram más e as instalações estiverem muito sobrelotadas. O saneamento e a assistência médica foram deficientes. Contudo, estiveram disponíveis médicos e enfermeiros e os presos foram levados a hospitais públicos nos casos graves. São comuns os problemas psicológicos entre os reclusos.

Não houve evolução na investigação do assassinato na prisão em Dezembro de 2007 de um traficante de droga condenado, que estava a colaborar com as autoridades. Acredita-se que o assassino seja outro recluso, que, alegadamente é um assassino profissional contratado por traficantes de droga.

Os menores ficaram juntamente com os adultos e os presos preventivos juntamente com os presos a cumprir pena.

O governo permitiu a monitorização independente das condições na prisão por monitores internacionais dos direitos humanos e visitas a presos individuais. Contudo, não houve tais visitas durante o ano. As organizações não governamentais locais (ONGs) e representantes dos média visitaram as prisões com frequência e informaram sobre as condições na prisão.

d. Prisão ou Detenção Arbitrárias

A constituição e a lei proíbem a prisão e detenção arbitrárias e o governo em geral respeitou estas proibições.

Papel da Polícia e Aparelho de Segurança

As forças policiais estão sob a tutela nacional do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Justiça e são compostas pela polícia nacional, que é responsável por fazer cumprir a lei, e pela polícia judiciária, que é responsável pelas investigações. Constrangimentos de ordem logística, incluindo a

falta de viaturas, equipamento de comunicações limitado e fraca capacidade forense limitaram a eficácia da polícia. A corrupção não foi um problema significativo.

Em Junho, três agentes da Polícia Judiciária foram presos por desviarem para uso comercial mais de 135 quilos de cocaína apreendida numa investigação ao narcotráfico; foi realizada uma investigação e os agentes foram acusados de crime.

Os abusos da polícia foram investigados internamente e estas investigações tiveram esporadicamente como resultado uma acção legal contra os perpetradores. A impunidade foi um problema. Devido a um sistema judicial ineficaz, os cidadãos têm poucas esperanças de cumprimento atempado e correcto da lei ou de responsabilização dos transgressores.

Prisão e Detenção

A polícia não pode efectuar prisões sem um mandado emitido por um funcionário autorizado, a não ser que a pessoa seja apanhada em flagrante delito. A lei estipula que um suspeito deve ser presente a um juiz dentro de 48 horas a contar da prisão. A lei concede a um detido o direito a determinação judicial imediata da legalidade da detenção e as autoridades respeitaram este direito na prática. Os advogados informam os detidos sobre as acusações contra eles. Esteve em funcionamento um sistema de fiança. Foi permitido aos detidos acesso imediato a membros da família e a um advogado à sua escolha e, se indigente, a um advogado fornecido pelo governo.

A longa prisão preventiva foi um problema sério; os detidos ficaram muitas vezes na cadeia sem acusação formada por mais de um ano. O sistema judicial esteve sobrecarregado e com falta de pessoal e retirar a queixa sem julgamento foi uma forma frequente de terminar casos crime.

e. Recusa de Julgamento Público Justo

A lei consagra um poder judicial independente e o governo, em geral, respeitou a independência judicial na prática. Contudo, um relatório do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) sobre o estado da justiça reconheceu que o poder judicial teve pouco pessoal, foi ineficaz e necessita duma reforma urgente.

O sistema judicial é composto pelo Supremo Tribunal de Justiça e por tribunais de comarca. Os juizes são independentes e não podem pertencer a um partido político. Os tribunais penais e

civis regionais julgam disputas menores; os tribunais penais tratam de casos crime, incluindo violação à lei eleitoral, e os tribunais civis tratam de processos civis e comerciais. Os tribunais civis têm jurisdição sobre casos de segurança do estado. Há também um tribunal militar que não pode julgar civis. O STJ é o mais alto tribunal de recurso

Processos de Julgamento

A lei consagra o direito a um julgamento justo e público sem júri. Os arguidos são presumidos inocentes até se provar que são culpados. Os arguidos têm o direito de estar presentes e consultar um advogado oportunamente; é dada assistência grátis a um indigente. Os arguidos têm o direito de confrontar ou questionar as testemunhas da acusação e de apresentar testemunhas. Os arguidos e os seus advogados têm acesso às provas em poder do governo, relevantes para os seus casos. Podem recorrer ao STJ da decisão dum tribunal de comarca. A lei concede os direitos acima a todos os cidadãos.

Presos e Detidos Políticos

Não houve denúncias de presos ou detidos por razões políticas.

Processos Civis e Recursos

Os tribunais comuns tratam de questões civis, incluindo processos de indemnização por cessação de ou violação de direitos humanos.

f. Interferência Arbitrária na Privacidade, na Família, no Lar ou na Correspondência

A constituição e a lei proíbem tais actos e o governo respeitou em geral estas proibições, na prática.

Secção 2 Respeito pelas Liberdades Civis, incluindo:

a. Liberdade de Expressão e de Imprensa

A constituição e a lei consagram a liberdade de expressão e de imprensa e o governo em geral respeitou estes direitos. A imprensa independente esteve activa e exprimiu uma série de opiniões sem restrições directas.

Liberdade na Internet

Não houve restrições do governo ao acesso à Internet nem relatos de que o governo monitorizou o e-mail ou as salas de conversa na Internet. Pessoas e grupos puderam exprimir pacificamente as suas opiniões através da Internet, inclusive por e-mail. Relatórios não oficiais calculam que apenas 10% dos caboverdianos utilizaram a Internet; os cidadãos nas cidades têm acesso à Internet em ciber-cafés.

Liberdade Académica e Eventos Culturais

Não houve restrições do governo à liberdade académica nem a eventos culturais.

b. Liberdade de Reunião e Associação Pacífica

A constituição e a lei concedem a liberdade de reunião e associação e o governo, em geral, respeitou estes direitos.

c. Liberdade Religiosa

A constituição e a lei consagram a liberdade religiosa e o governo, em geral, respeitou estes direitos. Mais de 85% da população é Católica Romana, segundo uma sondagem informal realizada pelas igrejas locais. O governo não impôs regras de registo que discriminem os grupos religiosos.

Abusos Sociais e Discriminação

Não existe uma comunidade judaica conhecida e não há relatos de actos de anti-semitismo ou discriminação de membros de qualquer grupo religioso.

Para mais pormenores, ver o *Relatório Internacional sobre Liberdade Religiosa 2008* em www.state.gov/g/drl/irf/rpt.

d. Liberdade de Movimento, Pessoas Internamente Deslocadas, Protecção de Refugiados e Apátridas

A constituição e a lei consagram a liberdade de movimento dentro do país, viagem ao estrangeiro, emigração e repatriamento e o governo, em geral, respeitou estes direitos na prática. O governo cooperou com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e outras organizações humanitárias, ajudando refugiados e pessoas que procuravam asilo.

A constituição e a lei proíbem o exílio forçado e o governo não recorreu ao mesmo.

Protecção de Refugiados

A lei prevê a concessão de asilo ou o estatuto de refugiado de acordo com a Convenção das NU de 1951 sobre o Estatuto de Refugiados e o seu protocolo de 1967 e o governo criou um sistema para proteger os refugiados. Na prática o governo dá protecção contra o repatriamento ou o regresso de refugiados a países onde a sua vida ou a sua liberdade possam ser ameaçadas. O governo garantiu o estatuto de refugiado ou asilo.

O governo também concede protecção temporária a indivíduos que talvez não se qualifiquem como refugiados no quadro da convenção de 1951 e do protocolo de 1967, mas não houve casos destes durante o ano.

Secção 3 Respeito pelos Direitos Políticos: O Direito dos Cidadãos de Mudarem o seu Governo

A constituição e a lei concedem aos cidadãos o direito de mudar pacificamente o seu governo e os cidadãos exerceram este direito na prática através de eleições periódicas, livres e justas, realizadas por sufrágio universal.

Eleições e Participação Política

Nas eleições legislativas de Janeiro de 2006, pessoas e partidos foram livres para apresentar as suas candidaturas. O partido no poder, Partido Africano para a Independência de Cabo Verde ganhou 47 lugares na Assembleia Nacional com 72 assentos; o principal partido da oposição, Movimento para a Democracia (MPD), ganhou 29 lugares e a União para Cabo Verde Independente e Democrático ganhou os restantes dois lugares. Os observadores internacionais caracterizaram as eleições como livres e justas em geral, apesar de algumas irregularidades. O MPD contestou sem sucesso os resultados alegando fraude e apresentando uma petição ao STJ que as eleições fossem anuladas.

Também foram realizadas eleições presidenciais em 2006 e as pessoas puderam candidatar-se livremente. Os observadores internacionais caracterizaram a realização das eleições como livre e justa, em geral. O Presidente Pedro Pires, no poder, obteve um segundo mandato com 51% dos votos; o candidato do MPD Carlos Veiga obteve 49% dos votos. Veiga apresentou uma petição

ao STJ no sentido de anular os resultados da eleição, afirmando que as eleições não tinham sido livres nem transparentes. O STJ decidiu que não havia bases legais para anular e confirmou o Presidente Pires como vencedor.

Foram realizadas eleições autárquicas em Maio e a oposição ganhou em 12 dos 22 concelhos, incluindo o mais importante. Estas eleições foram organizadas sob um novo código eleitoral, com um novo recenseamento dos eleitores dentro e fora do país e maiores poderes de supervisão para a Comissão Nacional de Eleições. A Comissão Nacional de Eleições e o STJ declararam as eleições legislativas e presidenciais como livres e justas em geral.

Houve 11 mulheres na Assembleia Nacional. Em 16 ministros nomeados em Junho na sequência duma remodelação do governo, 8 eram mulheres. Houve uma mulher no STJ.

Não há uma maioria étnica no país e o governo é multi-étnico a todos os níveis.

Corrupção e Transparência do Governo

As penas para a corrupção oficial podem chegar aos 15 anos de prisão. Não houve relatos de corrupção do governo durante o ano. Segundo os Indicadores Mundiais de Governança do Banco Mundial, a corrupção do governo constituiu um problema.

A lei consagra o acesso público à informação do governo sem limitações, desde que os direitos à privacidade sejam respeitados. Não houve relatos de que o governo não tenha atendido pedidos desse tipo de informação.

Secção 4 Atitudes Governamentais Quanto à Investigação Internacional e Não Governamental de Alegadas Violações dos Direitos Humanos

Alguns grupos nacionais de defesa dos direitos humanos operaram em geral sem restrições do governo e investigaram e publicaram as suas conclusões sobre casos de direitos humanos. Os principais grupos de defesa dos direitos humanos são a Comissão Nacional dos Direitos do Homem, a Associação Zé Moniz e a Associação Alcides Barros. Os funcionários do governo, em geral, colaboraram e reagiram às suas opiniões.

Secção 5 Discriminação, Abusos Sociais e Tráfico de Pessoas

A lei proíbe a discriminação com base em raça, género, religião, deficiência, língua ou estatuto social. Contudo, o governo não fez cumprir eficazmente estas disposições e a violência e a discriminação contra mulheres e o abuso de crianças constituíram problemas graves.

Mulheres

Violação, incluindo violação pelo cônjuge, é crime mas o governo, em geral, não fez cumprir eficazmente a lei; o número de processos durante o ano foi pequeno. As penas para a violação é de 8 a 16 anos de prisão e podem ser maiores se a vítima tiver menos de 16 anos, ou se o transgressor se aproveitar das suas funções em prisões, hospitais, escolas ou centros de reabilitação ou com pessoas sob a sua responsabilidade. ONGs como a Associação de Apoio à Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento e a Organização das Mulheres de Cabo Verde realizaram campanhas contra a violação.

A violência doméstica contra as mulheres, incluindo o espancamento da esposa, foi generalizada. O governo e a sociedade civil incentivaram as mulheres a denunciar crimes como abuso do cônjuge, que é punível com 2 a 13 anos de prisão. Contudo, valores sociais e culturais de longa data impediram as vítimas de o fazer. O número de casos no tribunal foi pequeno.

Embora existam mecanismos como aconselhamento legal, assistência psicológica, atenção específica da polícia e tribunais de família para tratar de abusos por parte do cônjuge, estes mecanismos não evitaram eficazmente a violência nem garantiram o castigo dos responsáveis. As organizações de mulheres alegaram que a polícia não possuía competências adequadas para tratar de casos de maus-tratos e ignorou muitas vezes as queixas apresentadas contra os maridos. Todavia, os relatos da polícia sobre violência doméstica aumentaram ao longo do ano. Houve atrasos policiais e judiciais em agir em casos de abuso. A violência contra as mulheres foi tema numa ampla cobertura da comunicação social pública, mas os média protegeram as identidades dos alegados transgressores.

Organizações de mulheres, como a Associação de Mulheres Juristas, continuaram a solicitar legislação para criar um tribunal especial de família com o objectivo de tratar de crimes

de violência doméstica e abuso. Contudo, até ao final do ano não havia essa legislação.

A prostituição de menores é proibida por lei, mas o governo em geral não obrigou ao seu cumprimento. O turismo sexual foi um problema crescente e não existem leis para tratar disso. Apesar de não haver estatísticas, a prostituição predominou em zonas turísticas nas ilhas do Sal, Boa Vista e S.Vicente.

O assédio sexual foi comum e não foi considerado culturalmente como um crime. É proibido por lei com uma pena de um ano na prisão, mas o governo não fez cumprir eficazmente esta lei.

Nos termos da lei, as mulheres usufruem dos mesmos direitos que os homens, incluindo direitos segundo o código de família, o código de propriedade e no sistema judicial. Contudo, apesar da proibição legal de discriminação sexual e de disposições sobre a igualdade plena, incluindo salário igual para trabalho igual, a discriminação das mulheres continuou. O Instituto Caboverdiano para a Igualdade e Equidade de Género trabalhou para a protecção dos direitos legais das mulheres. A Associação de Mulheres Juristas deu assistência jurídica gratuita a mulheres em todo o país, que eram vítimas de discriminação, violência e abuso dos cônjuges.

Crianças

O governo mostrou-se empenhado nos direitos e no bem-estar das crianças.

O abuso de crianças e a violência sexual contra crianças foram problemas graves, denunciados regularmente pelos média. O trabalho infantil também foi um problema. Os esforços do governo para resolver estes problemas foram inadequados.

Tráfico de Pessoas

A lei proíbe o tráfico de menores mas não o de adultos e houve denúncias de pessoas traficadas para dentro e fora do país. Os relatórios da polícia alegaram que o país era um ponto de trânsito dos países da África Ocidental para as Ilhas Canárias e a Europa.

As penas para o tráfico de crianças vão até 16 anos de prisão, mas não houve processos durante o ano. O Ministério da Justiça e o Ministério da Administração Interna são responsáveis pelo combate ao tráfico.

O relatório anual do Departamento de Estado *Relatório sobre o Tráfico de Pessoas* pode ser encontrado em www.state.gov/g/tip.

Pessoas Portadoras de Deficiência

A lei proíbe a discriminação de pessoas com deficiência no emprego, educação, acesso aos cuidados de saúde ou na prestação de outros serviços do estado e o governo fez cumprir eficazmente estas disposições. Não há leis nem programas para garantir o acesso a edifícios a pessoas portadoras de deficiência.

Outros Abusos Sociais e Discriminação

Não houve relatos de discriminação com base na orientação sexual.

Não houve relatos de discriminação contra pessoas portadoras do HIV/SIDA

Secção 6 Direitos do Trabalhador

a. O Direito de Associação

A lei permite aos trabalhadores formar e aderir a sindicatos à sua escolha, sem autorização prévia nem requisitos excessivos e os trabalhadores exerceram este direito na prática. Não há restrições, excepto para os funcionários de missões diplomáticas. Aproximadamente 22% dos trabalhadores estavam sindicalizados. A lei permite que os sindicatos realizem as suas actividades sem interferência e o governo protegeu este direito na prática. A lei concede aos membros do sindicato o direito à greve, mas o governo pode proceder à "requisição civil" numa emergência ou se a cobertura das necessidades básicas estiver em risco. No quadro da requisição civil o governo tem poder para exigir ao sindicato em greve que continue a prestar serviços mínimos.

b. O Direito de Organizar e Negociar Colectivamente

A negociação colectiva é protegida por lei; contudo, houve pouca negociação colectiva. Não houve acordos colectivos nem contratos colectivos de trabalho celebrados durante o ano. Os trabalhadores e a direcção no pequeno sector privado bem como no

sector público chegaram normalmente a um acordo através de negociações quer individuais quer colectivas. Não houve denúncias de discriminação dos sindicatos.

Não há leis especiais nem isenções à lei do trabalho na única zona de processamento da exportação, que abrange todo o país.

c. Proibição de Trabalho Forçado ou Obrigatório

A lei proíbe o trabalho forçado ou obrigatório, inclusive por crianças, mas houve relatos de que aconteceram tais práticas. As crianças trabalharam normalmente a lavar carros, como pescadores, vendedores ambulantes e na agricultura de subsistência familiar.

d. Proibição de Trabalho Infantil e Idade Mínima para Emprego

Existem leis e políticas para proteger as crianças de exploração no local de trabalho, mas o governo não as implementou eficazmente na prática. Um novo código do trabalho foi aprovado em 2007, proibindo as crianças com menos de 15 anos de trabalhar. A lei também aumentou as restrições sobre crianças entre os 15 e os 18 anos, proibindo-as de trabalhar à noite, mais do que sete horas por dia ou em estabelecimentos em que são produzidos produtos tóxicos. Contudo, o governo raramente fez cumprir a lei.

As estatísticas mais recentes disponíveis (censo de 2000) indicam que 8.000 crianças estavam a trabalhar como vendedores ambulantes e lavadores de carros nos centros urbanos e na agricultura, na criação de gado e na pesca nas zonas rurais. Houve denúncias de que estavam a ser utilizadas crianças na venda de substâncias ilícitas. Em Junho, o Instituto da Criança e do Adolescente, uma instituição do governo, concluiu um estudo analisando a situação do trabalho infantil no país. No final do ano o estudo ainda não tinha tido qualquer acção concreta do governo como resultado.

Os ministérios da justiça e do trabalho foram responsáveis pelo cumprimento das leis sobre o trabalho infantil. Contudo, tais leis raramente foram cumpridas. Não houve programas do governo para tratar do trabalho infantil.

e. Condições de Trabalho Aceitáveis

Como maior empregador do país, o governo continuou a desempenhar um papel predominante na fixação dos salários. Não fixou os salários para o sector privado, mas os níveis salariais para os funcionários serviram de base para as negociações salariais no sector privado. Para um trabalhador principiante, este salário foi de cerca de 12.000 escudos (cerca de \$150) por mês. A maioria dos empregos pagou salários que não permitiram a um trabalhador e família ter um nível de vida decente; a maior parte dos trabalhadores contaram com um segundo emprego e com apoio familiar alargado.

A lei estabelece uma semana de trabalho para adultos de 44 horas no máximo, proíbe as horas extraordinárias obrigatórias excessivas e exige que seja pago um prémio para as horas que ultrapassam a semana de trabalho estabelecida. Há um período de descanso de 12 horas consecutivas por semana. Embora as grandes entidades patronais tenham respeitado estas regras, em geral, muitos trabalhadores domésticos e agrícolas trabalharam mais horas.

A direcção geral do trabalho realizou inspecções esporádicas para fazer cumprir o código de trabalho e impôs multas a empresas privadas que não estavam a cumprir a lei. Contudo, o governo não fez cumprir as leis laborais sistematicamente e grande parte dos trabalhadores não teve protecção legal. O governo não estabeleceu normas de saúde ocupacional e segurança. Contudo, há uma disposição geral na lei que exige aos empregadores que proporcionem um ambiente de trabalho saudável e seguro. Poucas indústrias empregaram equipamento pesado ou perigoso. A lei concede aos trabalhadores o direito de se retirarem de situações que coloquem em risco a sua saúde e a segurança, sem prejudicar a continuidade do seu emprego.